



1 **GT – 18: Produção imobiliária, segregação socioespacial e insegurança urbana**

2 **A PRIVATIZAÇÃO DAS PRAIAS EM ANGRA DOS REIS (RJ):**

3 **Uma análise em busca das criticidades recentes.**

4

5

6

Autor: Davi Alves Luna de Oliveira¹

7

Filiação institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro

8

E-mail: davi.luna143@gmail.com

9

10

11

12 **RESUMO:**

13 Nas últimas décadas observa-se a apropriação das praias do município de Angra dos Reis, por
14 parte de agentes com interesse privado, reduzindo assim o acesso da população (Ribeiro, 2017).

15 A presente pesquisa busca analisar as dinâmicas urbanas ligadas à “privatização” do acesso
16 público a esses espaços. Sendo feita a partir da classificação da situação de acesso às praias,
17 diante do recorte espacial voltado à porção continental do município, junto a uma análise de
18 instrumentos legais. A pesquisa se faz útil como forma de contribuir no debate sobre a gestão
19 de espaços públicos e apontar os impactos da especulação imobiliária, que fomenta a
20 segregação de grupos historicamente marginalizados. Com a supressão da diversificação dos
21 sujeitos nesses territórios elimina-se um dos principais alicerces que constituem um espaço
22 público e de uma sociedade democrática (Sennett, 2014; Gomes, 2018).

23 **Palavras-chave:** Espaços públicos; Gestão urbana; Privatização de praias;

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientado pelo Professor Doutor William Ribeiro da Silva (PPGG/UFRJ). Membro e bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPQ) do Grupo de Pesquisa sobre Reestruturação e Centralidade (GRUCE).

1. INTRODUÇÃO

2 A cidade de Angra dos Reis/RJ possui uma grande capacidade de atrair turistas em
3 escala internacional. Localizado no litoral sul Fluminense o município dispõe de uma gama de
4 praias paradisíacas espalhadas em seu território, além de também possuir o arquipélago de Ilha
5 Grande no qual parte é considerado Patrimônio natural e cultural mundial pelo Comitê da
6 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), assim como
7 áreas de preservação a nível Federal por diferentes entes. Diante desse cenário de incitação
8 turística, é possível imaginar que o solo urbano de Angra dos Reis, historicamente, é alvo de
9 especulação imobiliária, principalmente próximo a áreas costeiras.

10 Observa-se que o solo urbano próximo a esses espaços vêm sendo alvo de apropriação
11 em função do desenvolvimento de empreendimentos privados, que visam impulsionar o
12 crescimento do capital imobiliário de alto padrão, principalmente em atividades turísticas
13 voltados à hotelaria, e de moradias exclusivas em condomínios fechados. Resultando no que
14 chamaremos aqui de “privatização” do acesso às praias, em outras palavras, estamos lidando
15 com um contexto de exclusão da camada social mais baixa transformando um espaço até então
16 diverso em um espaço homogêneo (Lefebvre 2004; Serpa 2013).

17 Também se faz necessário pontuar de forma prévia como o trabalho emprega a
18 terminologia “privatização” e “privada” quando nos referimos ao acesso às praias. Estes termos
19 não serão empregados em seu sentido literal, que remete à lógica capitalista e mercadológica,
20 diretamente relacionada à acumulação e a reprodução de capital, ou na aquisição de
21 determinado espaço para uso particular. Na realidade, trata-se de empregar o termo “privado”
22 ao ato de transformar um espaço público, livre, democrático e da diferença (Serpa 2004;
23 Sennett, 2014; Gomes, 2018), em um espaço homogêneo (Lefebvre 2004; Serpa 2013)
24 dominado por uma classe hegemônica. Sendo a forma em que esse domínio se constitui por
25 meio de ações que promovem o afastamento dos demais a partir de sucessivos processos de
26 constrangimento e pseudo negações (Ribeiro, 2017).

27 Vale ressaltar que toda zona costeira em território brasileiro é considerada Patrimônio
28 Nacional, conforme foi definido na Constituição de 1988, sendo assim não é permitida a
29 ocupação desses espaços para fins exclusivos e/ou privados, nem se quer impedir que qualquer
30 pessoa o acesse. Ainda no mesmo ano, foi definido o Plano Nacional de Gerenciamento

1 Costeiro (PNGC) – Lei nº 7.661/88 – que teve como intuito definir diretrizes sob o espaço
2 praiano, segundo seu décimo artigo:

3 “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre
4 e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos
5 considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por
6 legislação específica.”

7 Logo, a livre presença de diferentes sujeitos nesses lugares constituiria um dos principais
8 alicerces de uma sociedade democrática e conseqüentemente a constituição de um espaço com
9 caráter público. (Sennett, 2014; Gomes, 2018)

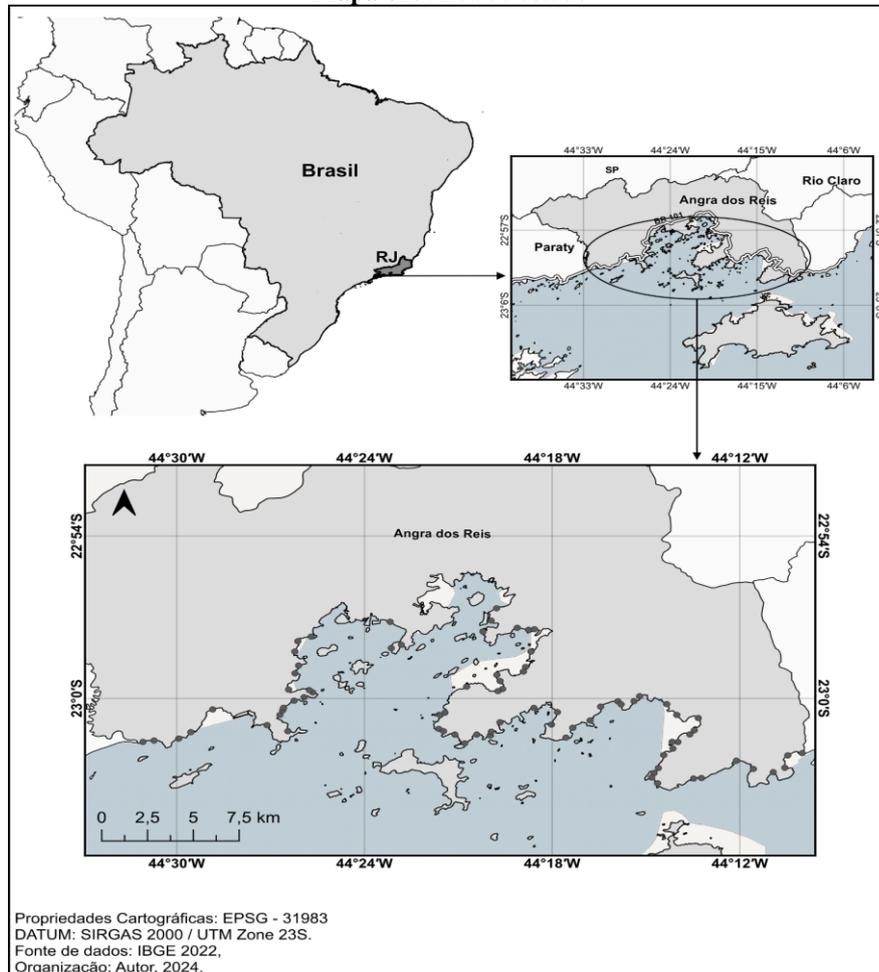
10 Tendo o contexto supracitado em voga, o trabalho tem como principal objetivo analisar
11 a situação em torno das dinâmicas urbanas de acesso às praias contidas na área costeira do
12 município de Angra dos Reis/RJ. A fim de alcançar esse debate se faz necessário discutir o
13 emprego de diretrizes já definidas por diferentes instrumentos legais, em diferentes instâncias
14 (municipal e federal), além de fazer um levantamento total da quantidade de praias que
15 podemos encontrar dentro do recorte espacial definido, com intuito de fazer uma análise
16 classificatória da situação de acesso que cada uma delas se encontra, a fim de entender quais
17 se encontram no recorte crítico de “privatização” do acesso.

18 Utilizou-se de procedimentos metodológicos baseados em dados secundários. Foi feita
19 uma extensa revisão literária a fim de levantar o processo histórico de urbanização do município
20 e seus principais marcos que levaram ao desenvolvimento urbano, e de forma auxiliar para
21 levantamento do quantitativo de praias dispostas na costa, assim como suas particularidades
22 para posteriormente utilizar essas informações no processo de classificação. Além disso, se fez
23 necessário avaliar as diretrizes de planos, leis, projetos e decretos que assim formulam a base
24 legal em relação a gestão das praias, utilizando-se de diferentes esferas administrativas, em
25 específico as esferas municipal e federal. Por fim e como ponto crucial para a classificação, a
26 utilização do sensoriamento remoto e de técnicas de geoprocessamento, com intuito de
27 comparar o que é descrito na literatura com o que pode ser observado através de imagens de
28 satélite. Nesse caso foi utilizado imagens de satélites das plataformas *Google Earth* e *Map*
29 *Biomias*, além de dados vetoriais do banco do IBGE. A utilização dessas imagens também
30 auxiliou em uma melhor compreensão descritiva e analítica das dinâmicas de incorporação dos
31 espaços públicos das praias por parte de empreendimentos privados, que estimulam a limitação
32 do seu uso e de seu acesso.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE ANGRA DOS REIS (RJ).

Antes de chegarmos propriamente ao debate de como as praias de Angra dos Reis se encontram atualmente, primeiro é necessário fazer alguns outros apontamentos, principalmente contextualizar – de forma breve – a relação histórica entre o processo de urbanização tardio no município e qual foi o papel do turismo para isso. Como podemos observar no **mapa 01**, o recorte espacial que se faz neste estudo remete a grande parte da porção territorial habitada em Angra dos Reis. Tendo cerca de 127 quilômetros quadrados de área, além de ser transpassada pela Rodovia Rio Santos – trecho da BR 101 – que foi um grande cociente para o desenvolvimento do tecido urbano do município.

Mapa 01: Área de estudo



Elaboração: Autor, 2024

Angra sempre possuiu um papel atribuído ao seu valor portuário, principalmente com o comércio escravagista – não só este como outros municípios da costa verde, região

1 administrativa na qual o município está inserido – devido ao seu posicionamento geográfico,
2 que facilita a logística de comunicação e de integração com o estado de São Paulo. Entretanto
3 o território que corresponde ao que hoje chamamos de município de Angra dos Reis, antes
4 mesmo da colonização portuguesa chegar, sempre foi uma área composta por povos indígenas,
5 nesse caso em sua maioria a tribo tamoios (IBGE 2024), e futuramente outras culturas
6 tradicionais como os ribeirinhos e quilombolas, se constituíram em seu território.

7 Até o início do século XX, a estrutura urbana do município se limitava às ruas que hoje
8 compõem o atual centro da cidade, além disso, o município passou por um abrupto declínio
9 econômico tendo em vista a queda do império e conseqüentemente seu modelo econômico, ao
10 final do século XIX. Sendo assim, Angra se viu em um cenário de completo abandono e
11 isolamento, gerando um declínio em sua paisagem (Góis, 2021). A economia da cidade só volta
12 a crescer a partir das décadas de 50 e 60 com o desenvolvimento do Estaleiro da Verolme
13 (IBGE, 2024) e do desenvolvimento de um plano de urbanização por parte do Governo do
14 Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
15 (IBGE).

16 Mas nada disso teve tanta relevância quanto ao turismo, que passou a se desenvolver a
17 partir dos anos 70 na região, sendo então o principal agente para o desenvolvimento da costa
18 verde (RJ) como um todo. Principalmente promovidos por iniciativas do Estado, através de
19 políticas públicas, que tiveram o intuito de reestruturar essa região, além de integrar melhor
20 esse território não só com a metrópole fluminense, mas também a outros estados. Como é o
21 caso das construções da Usina Nuclear Angra 1 no ano de 1972, construção do trecho Rio-
22 Santos da BR 101 no ano de 1974, e em 1977 a inauguração do terminal petrolífero na baía de
23 Ilha Grande (Tebig). Todos esses eventos foram feitos e estimulados por parte do Governo
24 Militar brasileiro através dos seus planos nacionais de desenvolvimento (PNDs).

25 Com o desenvolvimento forçado do município, seu território passou a também
26 desenvolver o mercado imobiliário, conseqüentemente a especulação de terras por estar em uma
27 região litorânea passou a se desenvolver fortemente o mercado turístico, que ditou o
28 desenvolvimento urbano da cidade. Vale salientar que Angra apresenta um modelo turístico
29 próprio e muito distinto quando comparado a de outras regiões do estado como na Baixada
30 Litorânea – também socialmente conhecida como região dos lagos –, ao Norte Fluminense ou
31 até mesmo com cidades vizinhas que fazem parte da Costa Verde. De acordo com Góis (2021)

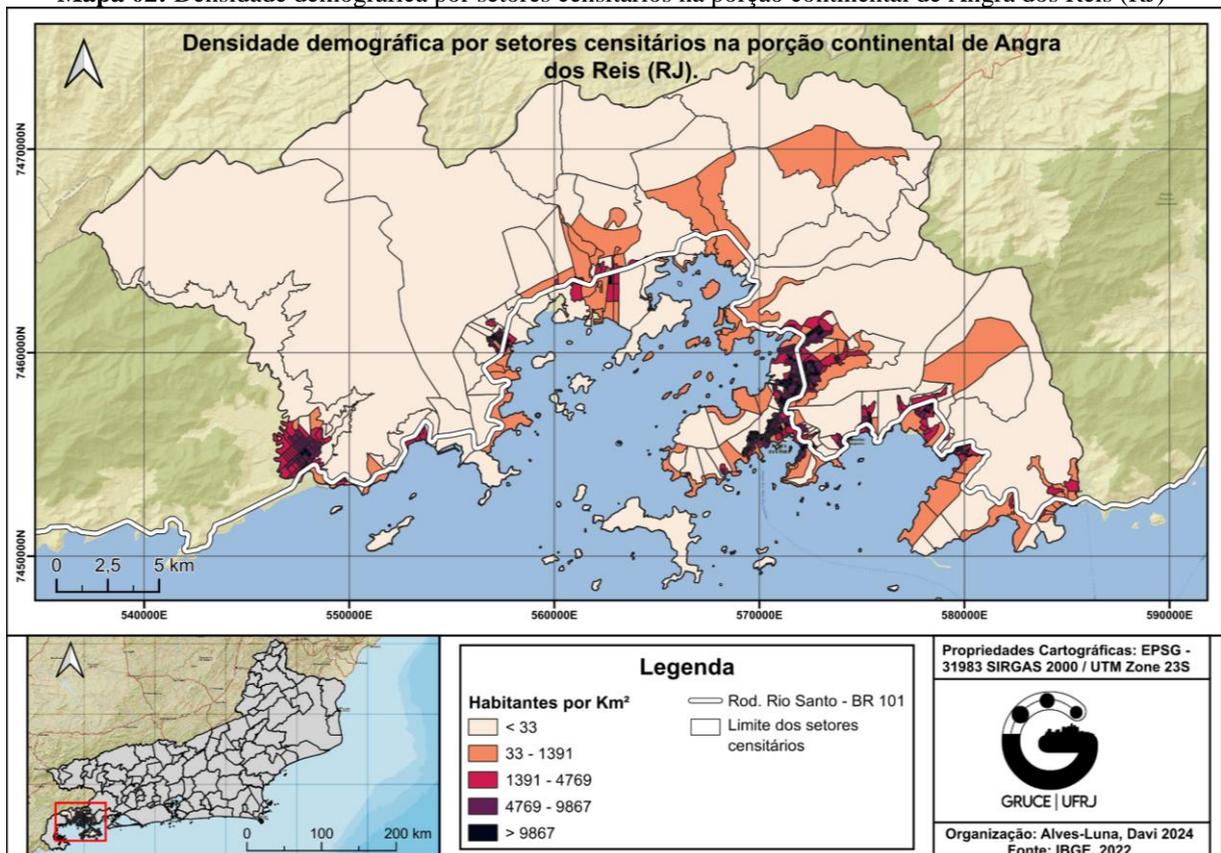
1 em seu artigo que analisou o processo de territorialização na cidade de Angra dos Reis (RJ),
2 discorre sobre o modelo turístico de angra segue o seguinte padrão:

3 “Angra dos Reis recebeu um direcionamento de mercado voltado para a promoção de
4 marinas, portos, condomínios e residências de alto luxo, intercaladas com iniciativas
5 de atração de turistas internacionais, como apontado pelo Projeto Turis, que visava
6 promover a ideia de uma nova Côte D’Azur”

7 Além disso, o autor ainda disserta sobre a forma em que se deu a ocupação das terras na cidade,
8 o que explica a distribuição populacional indicada no **mapa 02**,

9 “[...] sua ocupação é lenta e decorre da abertura da BR-101 a partir dos anos 1970.
10 Em geral, as áreas da face costeira da BR-101 foram adquiridas legalmente ou
11 griladas para a construção de condomínios de luxo; enquanto que as áreas localizadas
12 nos sertões ficaram disponíveis para a ocupação por meio de posses, voltadas para o
13 crescimento de habitações simples” (Góis, 2021)

14 **Mapa 02:** Densidade demográfica por setores censitários na porção continental de Angra dos Reis (RJ)



15
16

Elaboração: Autor, 2024

17 Quando questionamos para quem o turismo de Angra dos Reis é feito, conseguimos
18 compreender o objeto de estudo que o artigo se propõe a analisar. Como exposto nos parágrafos
19 acima, historicamente o sítio urbano de Angra sofreu com a dominação do comércio
20 imobiliário, principalmente pautado na especulação fundiária. Nas seções a seguir ficará

1 exposto a que ponto o mercado imobiliário conseguiu se apropriar até mesmo de espaços que
2 não lhe cabiam, nesse caso específico o acesso público às praias.

3 **3. LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PRAIAS.**

4 Para fazer o levantamento das praias o presente trabalho se esbarrou no seguinte
5 questionamento “o que são praias?”. Foi necessário fazer uma pesquisa bibliográfica em torno
6 de como definir algum espaço enquanto praia, para que o levantamento pudesse se pautar.
7 Sendo assim, foi constatado uma longa e extensa presença de diferentes debates em torno de
8 como se caracteriza uma praia, desde conceitos menos esmiuçados como é o caso da legislação
9 brasileira, definido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661/88) que
10 entende praia enquanto:

11 “[...] a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa
12 subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos,
13 até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um
14 outro ecossistema.”

15 Podemos notar que segue uma linha de conceituação menos detalhada de como a ciência
16 entende o que é praia e o que não é, pode-se afirmar que de maneira geral é de entendimento
17 social que o que seria praia segue esta linha de raciocínio. Esse tipo de definição mais
18 generalista não atenderia e/ou deixaria o desenvolvimento do trabalho extenso e complexo, em
19 termos analíticos, tendo em vista que, seria preciso se voltar a porções territoriais sem qualquer
20 tipo de materialidade, principalmente devido ao fato do município possuir uma grande
21 quantidade de praias avulsas sem qualquer dotação de valor. Além disso, quando nos voltamos
22 a olhar as praias por parte definições de áreas científicas e acadêmicas, como a oceanografia
23 e/ou geomorfologia costeira, observa-se debates mais verticalizados e melhores desenvolvidos,
24 normalmente associados a uma sistematização de diferentes tipos metodológicos e de pontos
25 de observação. Não descarto a relevância de ambos os casos para se pensar a delimitação do
26 que vem a ser a praia, porém é necessário fazer uma escolha metodológica para o escopo da
27 pesquisa, e que nesse caso utilizará uma caracterização por topônimo que será explicado a
28 seguir.

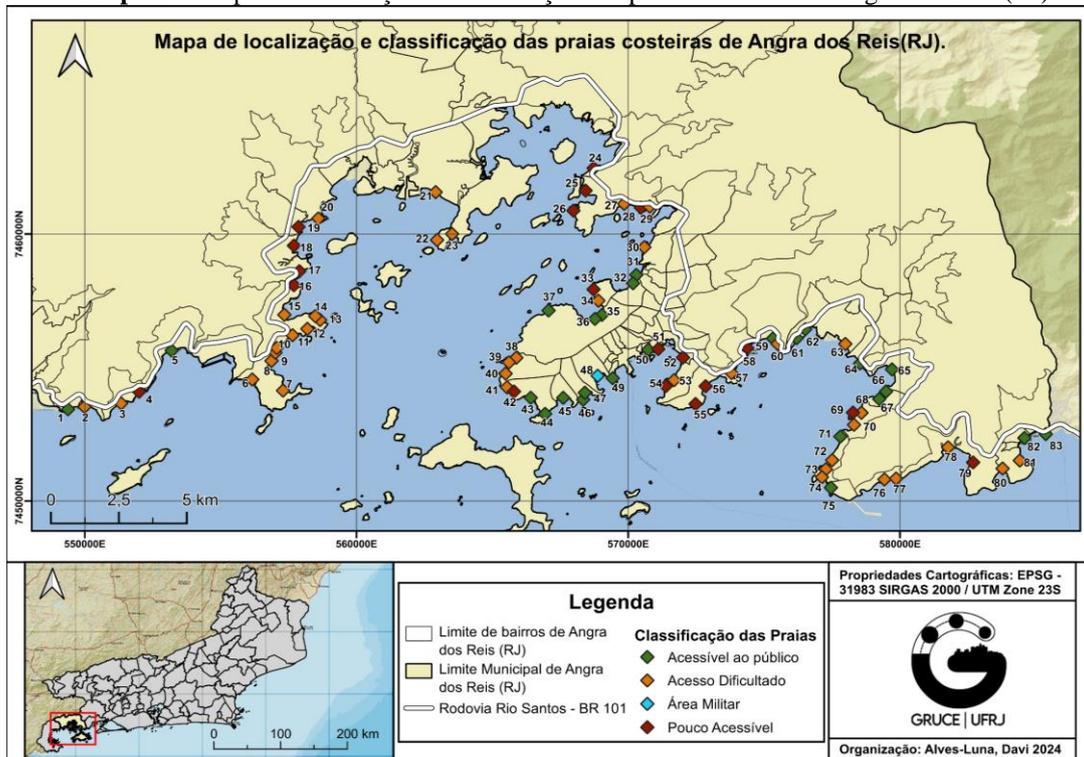
29 Sendo assim, a modo de facilitar metodologicamente a busca de quais praias se
30 encontrariam no estudo, como dito acima, foi então empregado o critério para caracterização
31 desses espaços referente a toponímia. Ou seja, para esta pesquisa entende-se como praia aqueles
32 espaços dotados de algum tipo de nomenclatura já empregada a si, que atribua um valor

1 relacionado a praia. Conforme exposto por Alves (2018), em seu ensaio sobre a tríade
2 lefebvriana, “[...] por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham é, pois, o espaço
3 dos moradores, dos ‘usantes’ [...]”, assim, as praias nomeadas por seus “usantes” possuem um
4 símbolo atribuído a elas, pois não são um espaço qualquer, nesse caso uma praia qualquer, ela
5 vem a ser aquela praia em específico. E que ao ser citada, por exemplo em uma conversa, passa
6 pelo imaginário da pessoa suas características específicas, logo, por serem dotados de
7 simbologia associada à vivência de quem o utiliza, tornam-se um lugar (Tuan 1983). Essa
8 ressalva se faz importante porque existe uma grande quantidade de praias situadas no recorte
9 espacial que o estudo se utiliza, porém, essas outras praias não possuem nomes, logo as
10 informações dispostas sobre as mesmas são escassas. Contudo, essas praias também se
11 encontram em situações de privação de acesso, e vale posteriormente uma dedicação de
12 entender suas dinâmicas exclusivas.

13 Outro ponto relevante para destacar é referente ao recorte espacial que o trabalho se
14 designa, neste caso a área costeira do município. Isso porque, compreendemos que apesar de
15 Angra dos Reis possuir uma grande e vasta disponibilidade de ilhas dentro de seu território
16 administrativo, as praias que se situam nessas ilhas não são relevantes para o estudo. Tendo em
17 vista que, toda e qualquer praia possui uma conexão pelo mar, este tipo de acesso naturalmente
18 possui um cunho de exclusividade, já que para acessar uma praia pelo mar é necessário algum
19 tipo de locomoção marítima como barcos, lanchas, *jetskis*, entre outros, que não são de fácil
20 aquisição de acordo com a realidade social brasileira. Sendo assim, o recorte se restringe à costa
21 municipal, pois conseguimos acessá-la via terrestre, seja de carro, ônibus ou caminhando. Então
22 todas as vezes que o trabalho citar as praias, tenha em vista que estamos lidando com as praias
23 dentro do recorte espacial restrito a área costeira.

24 O levantamento da quantidade de praias dispostas em Angra dos Reis, se deu a partir de
25 diferentes fontes, desde textos acadêmicos, páginas *online* da prefeitura, buscadores e *sites* de
26 turismo. Sendo assim, foi possível levantar um grande quantitativo de praias contidas em todo
27 território Municipal. Dentro do recorte espacial e de caracterização de praias, foi possível obter
28 um total de 83 praias (**Mapa 03**). Junto a isso, também foi possível encontrar outros tipos de
29 informação referente a cada uma dessas praias, sendo assim, foi feita uma sistematização para
30 que os dados pudessem ser manipulados e, assim, gerar uma base de dados com todo tipo de
31 informação que fosse relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

1 **Mapa 03: Mapa de localização e classificação das praias costeiras de Angra dos Reis (RJ).**



2
3

Elaboração: Autor, 2024

4 Dentro da base de dados foi possível compilar os seguintes eixos temáticos de
5 informações: **1)** Distância até o centro da cidade; **2)** Se a praia está contida em algum dos
6 Corredores Turísticos de Angra; **3)** Se tem algum tipo de empreendimento privado do tipo hotel
7 e/ou condomínios, que gere algum tipo de restrição ao acesso público; **4)** Se possui alguma
8 particularidade de acesso por terra, nesse caso estamos falando se somente é possível acessar
9 por trilhas e/ou pelo mar; **5)** Balneabilidade segundo os dados disponíveis pelo INEA (Mai de
10 2024); **6)** Disponibilidade de transporte público para chegar até a praia; **7)** Se possui algum tipo
11 de clube marítimo como por exemplo, marinas, iate clubes e/ou píer.

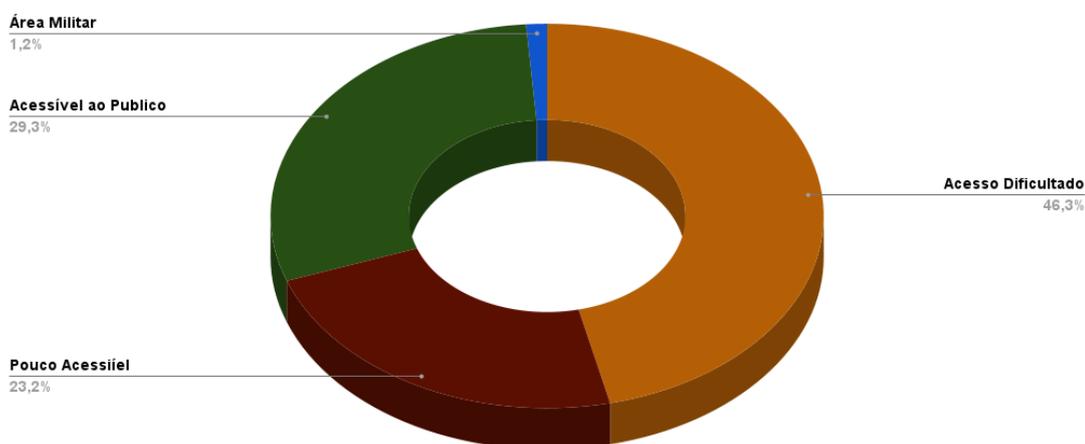
12 Para a classificação foram utilizados os eixos temáticos 3, 4, 5, 6 e 7, considerados mais
13 relevantes para suprir os objetivos da pesquisa, sendo o eixo 3 o com maior relevância e tendo
14 peso dois. A classificação foi definida levando em consideração um sistema de pontuação
15 gerado a partir dos eixos temáticos supracitados, onde todas as praias levantadas já começavam
16 com 6 pontos, e levando em consideração as suas características elas podiam, ou não, perder 1
17 ou mais pontos. As pontuações variaram entre 0 (zero) e 6 (seis), sendo 0 representativo das
18 praias com restrições de acesso mais graves e 6 representativo das praias acessíveis ao público.
19 A partir disso foi proposta uma classificação, baseada em uma faixa de pontuação em que as

1 praias chegaram, prevendo assim três categorias: **i) Acessível ao público** (praias que pontuaram
2 entre 5 e 6 pontos), podem ser locais de acesso facilitado, boa balneabilidade, sem
3 empreendimentos privados, etc; **ii) Acesso dificultado** (entre 3 e 4 pontos), são praias que estão
4 no meio termo, não são completamente acessíveis e nem submetidas a lógica de algum
5 empreendimento; **iii) Pouco acessível** (entre 1 e 2 pontos), podem ser praias cercadas por
6 empreendimentos privados, com dificuldade de acesso por terra, balneabilidade ruim e com
7 transporte público reduzido ou nulo.

8 Em cima da classificação final foi possível obter os resultados expressos no **gráfico 01**,
9 sendo assim, destaca-se que o maior percentual se encontra na classe “Acesso Dificultado”,
10 com aproximadamente 46%. Foi possível constatar que esses casos apresentam geralmente uma
11 maior dificuldade de acesso por terra, sendo sempre casos que não possuem disponibilidade de
12 transporte público, ou restritos a acessos apenas a trilhas – que variam entre longas, curtas,
13 médias – e/ou acessá-las diretamente pelo mar.

14 **Gráfico 01:** Distribuição das praias na área costeira de Angra dos Reis/RJ, a partir da classificação feita.

**Distribuição das praias na área costeira de Angra dos Reis/RJ, a partir da
classificação feita.**



15
16

Elaboração: Autor, 2024

17 Ainda seguindo a análise, também foi possível a constatação da disponibilidade das
18 praias que estariam totalmente públicas. Esse número chega a aproximadamente 29%, em geral
19 são praias que não apresentam nenhum problema aparente, porém há casos de má
20 balneabilidade. Apesar do município ser sede de um dos pólos do Colégio Naval da Marinha,

1 das 83 praias apenas uma se encontra nessa área com fim militar. Vale ressaltar que esse tipo
 2 de caso foi desconsiderado na análise, pois dentro dos termos definidos pelo Plano Nacional de
 3 Gerenciamento Costeiro (PNGC), o acesso para qualquer espaço de praia que esteja guardado
 4 a Marinha brasileira, torna-se uma questão de segurança nacional, sendo assim o acesso passa
 5 a ser controlado.

6 Do conjunto total das praias, são encontradas apenas 7 consideradas impróprias para
 7 banho segundo levantamento feito pelo INEA (2024). Além disso, não há um ponto focal de
 8 onde elas se encontram, estão espalhadas em todas as classes. A única coisa em comum que
 9 pode ser observado, é que se em geral a balneabilidade ruim das praias de Angra dos Reis está
 10 diretamente associada a atividade dos portos e dos barcos. Logo, as praias com balneabilidade
 11 ruim estão sempre próximas a grandes marinas, ao porto de Angra, ou a píeres com uma
 12 atividade relativamente grande.

13

Figura 01: Acesso para a Praia da Figueira - Angra dos Reis/RJ



14

15

16

Legenda: Imagem retirada do *google street view* para exemplificar como funciona a restrição de acesso às praias no município de Angra dos Reis/RJ. Fonte: *Google Street View*, 2024

17

18

19

20

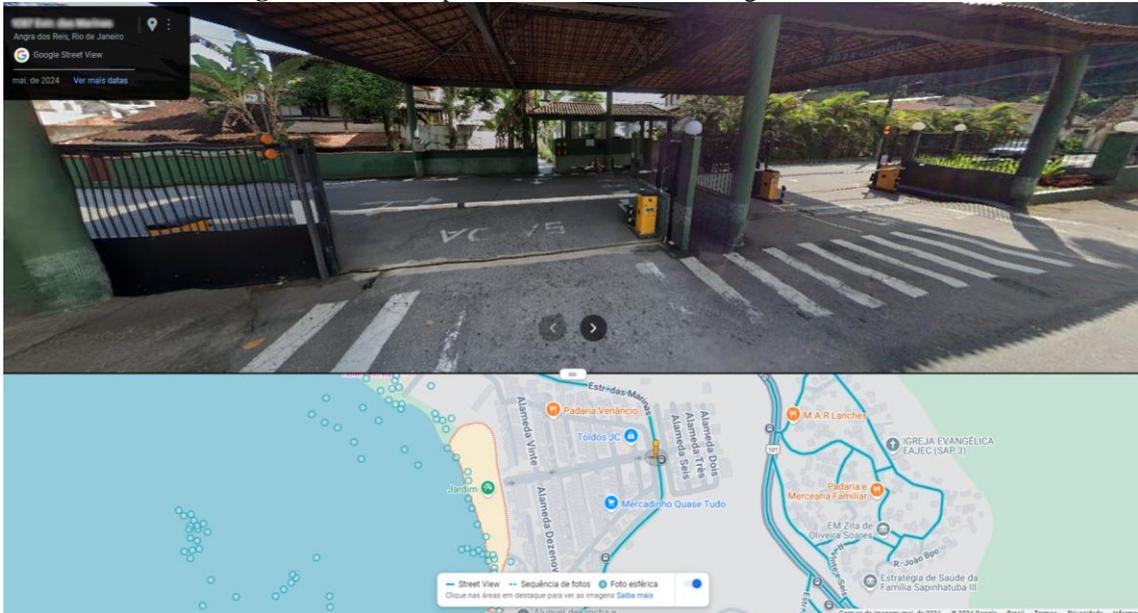
21

22

23

Como o trabalho se propõe a destacar as praias que estão em situação de privação do acesso público, são estes casos que aqui iremos definir enquanto “críticos”. Chegou-se ao levantamento total de 19 praias caracterizadas como “Pouco Acessível”, esses são casos de praias que fielmente possuem algum tipo de empreendimento privado ao seu entorno. Em geral observa-se um maior volume de condomínios, mesmo que haja praias com Hotéis e/ou Resorts, os condomínios de alto padrão são mais frequentes nesses casos, como é exemplificado abaixo nas **figuras 01 e 02**.

1

Figura 02: Acesso para a Praia do Jardim - Angra dos Reis/RJ

2

3 Legenda: Imagem retirada do *google street view* para exemplificar como funciona a restrição de acesso às praias
 4 no município de Angra dos Reis/RJ. Fonte: *Google Street View*, 2024

5

6 A partir desses resultados obtidos com a análise, também foi possível enxergar certas
 7 tendências de respostas aos eixos temáticos em cada uma das classes. Como podemos observar
 8 na **tabela 01** abaixo, foi possível quantificar a moda apresentada por cada uma das classes.
 9 Salienta-se que para essa quantificação foi utilizado o método estatístico da moda, tendo em
 10 vista que nem todos os casos apresentavam a mesma configuração de respostas, porém existia
 11 uma tendência por parte de cada uma das classes. Com isso podemos entender a realidade
 12 disposta em cada um dos casos, e até mesmo o porquê de algumas respostas. Por exemplo, a
 13 única classe que possui a moda de possuir pontos de ônibus próximos seria a classe “acessível
 14 ao público”.

14

15 Quando refletimos sobre esse ponto, chegamos à resposta do porque ser a única classe
 16 que apresenta disponibilidade de transporte público. Bom, primeiro não faria sentido para uma
 17 praia privada possuir alguma maneira facilitada de acesso a seu espaço, principalmente pelo
 18 fato de que o estrato social que utiliza esses espaços não precisa utilizar esse tipo de serviço de
 19 transporte, além também de não quererem a presença de pessoas pobres que para se locomover
 20 pela cidade necessitam da disponibilidade de transportes públicos, para assim conseguir acessar
 21 algum tipo de equipamento urbano.

21

Tabela 01: Tabela da moda nas informações dispostas em cada uma das classes.

Tabela da moda encontrada dos eixos temáticos em cada uma das classes

Classes	Tem Marina, Iate Clube e/ou Pier?	Tem algum tipo de empreendimento privado?	Tem dificuldade de acesso por terra?	Tem ponto de ônibus próximo?	Balneabilidade (INEA MAI/2024)
Acessível ao público	x	x	x	✓	✓
Acesso dificultado	x	x	✓	x	✓
Pouco acessível	✓	✓	✓	x	✓

Elaboração: Autor, 2024.

Outro destaque se dá ao primeiro eixo temático relacionado à existência de marinas, iates clubes ou píeres. Nesse caso observamos que apenas a última classe apresenta esse tipo de construção, justamente pelo fato de estar associada à necessidade de utilização de embarcações próprias, o que é totalmente desassociado à realidade brasileira, não é qualquer brasileiro que consegue comprar e manter todas as despesas de transporte deste tipo. Sendo assim, a identificação de praias que possuem essas construções em geral estão ligadas também a espaços voltados a classes mais altas e em processo de privação do acesso, já que torna o acesso somente sendo possível pelo mar, o que não é de possibilidade comum.

Tendo essa fase de identificar as praias e suas questões e a partir dos dados levantados classificá-las, tornou-se necessário pensar em que pé anda a legislação brasileira, principalmente a municipal, para sabermos até onde o que está sendo observado nessas praias está de acordo com as diretrizes legais. Então a próxima seção deste artigo se dedicará apenas à análise legal de alguns instrumentos que versam sobre a gestão das praias.

4. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS LEGAIS.

Para pensar o acesso à praia se faz necessário revisar instrumentos legais, que definam diretrizes sobre esses espaços. Como dito na introdução deste artigo, foram utilizados documentos das esferas Federais, em específico, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) – Lei Nº 7.661/88 – a Constituição Federal brasileira de 88. Já dentro da esfera municipal a lista passa a ser um pouco mais extensa, sendo assim, foram analisados o Plano Diretor Municipal vigente (Lei Nº 1.754/06), o Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei

1 N° 2.092/09), a Lei de Parcelamento do Solo (Lei N° 2.093/09), a Lei de Zoneamento Municipal
2 (Lei N° 2.091/09), e por fim o Código Ambiental Municipal (Lei N° 1.965/08).

3 Para efetuar a análise desses documentos foi revisitada a metodologia proposta por Reis
4 *et al.* (2022), que propõe uma sistematização de análise dos planos diretores municipais do Rio
5 de Janeiro e Recife, com intuito de examinar como a paisagem se apresenta em políticas
6 urbanas. Sua metodologia se constitui em buscar nos instrumentos legais a partir do radical
7 “paisag” a fim de conseguir encontrar todas as variações que ele possui. Porém, como o presente
8 artigo está lidando com as questões envolvendo o acesso público às praias, foi necessário
9 adaptar tal metodologia à temática, sendo assim, foi utilizado a palavra praia e alguns sinônimos
10 como “costeir”² e “orla” a fim de atingir um melhor resultado.

11 Ressalto que há uma repetição de diretrizes em diferentes instrumentos, porém isso está
12 associado a um certo tom hierárquico, no qual a legislação brasileira se dispõe em sua
13 funcionalidade. Afora que tal ato se torna imprescindível que aconteça, já que tal forma
14 de manifestação exprime que há uma lógica a ser respaldada legalmente em torno de
15 determinados assuntos.

16 **Tabela 02:** Soma do total de aparições de cada termo em todos os instrumentos legais analisados.

Soma do total das aparições de cada termo em todos os instrumentos legais analisados				
Termos	“Praia”	“Costeir”	“Orla”	Total
Número de aparições	26	29	7	63

17 Elaboração: Autor, 2024.

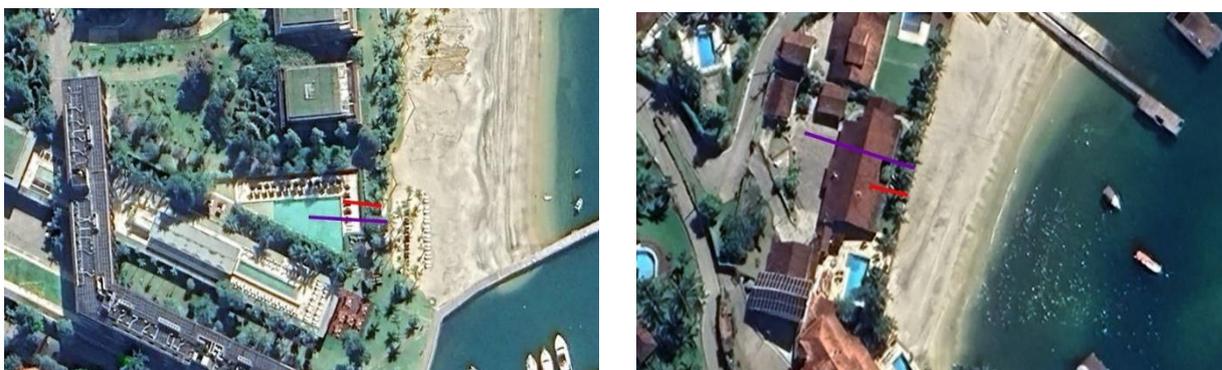
18 Conforme exposto na **tabela 02**, foi possível adquirir um total de 62 aparições quando
19 somado todos os 7 documentos, sendo predominantemente a aparição do termo “costeir” e em
20 seguida o termo “praia” propriamente dito. Além disso, também foi possível compilar o número
21 total de aparições que cada instrumento legal possui em suas diretrizes (**tabela 03**).

22 **Tabela 03:** Total de aparições dos termos em cada um dos instrumentos legais analisados.

Total de aparições em cada um dos instrumentos legais analisados.

² Essa terminologia foi pensada a fim de extrair o máximo, que a palavra costeira possa vir a ser envolvida. Tendo em vista, que ela pode aparecer no formato masculino "Costeiro", assim como acompanhado de outras palavras como "Zona" e "Área".

1 Ou seja, tais documentos apresentam informações que deveriam dialogar entre si e se
2 complementarem, já que um parcelamento só poderá ocorrer após 30 metros da faixa de areia,
3 como uma construção poderá ocorrer após 10 metros da mesma faixa? A efeito de responder
4 tal questão analisando as praias que possuem empreendimentos privados – a classe “pouco
5 acessível” – foi medida a distância entre o fim de sua faixa de areia, até o empreendimento, a
6 partir da ferramenta de medição do *Google Earth Pro*, e foram encontrados casos (**figura 03**)
7 que não respeitam tais ordenamentos expostos pelas leis acima.



8
9 **Figura 03:** Mosaico de imagens de satélite retiradas do Google Earth Pro com a medição da distância da faixa de
10 areia até o empreendimento mais próximo. Legenda: Imagens retiradas do google earth pro, onde a linha roxa
11 representa a delimitação de 30 metros, já vermelha a delimitação de 10 ou 15 metros. Elaboração: Autor, 2024

12 Como podemos observar nas imagens, são dois exemplos de praias que estão situadas
13 em bairros diferentes, sendo a 1 imagem referente ao bairro Porto Frade e a 2 referente ao bairro
14 da Mombaça, localidades bem distantes uma da outra. Ambos os casos não seguem as
15 recomendações firmadas por diretrizes, nesse caso o parcelamento da terra não segue a
16 recomendação de 30 metros de distância a partir da faixa de areia, e muito menos segue a
17 diretriz de 15 ou 10 metros a depender da largura da faixa de areia. Esses são dois casos a fim
18 de exemplificar a problemática de acesso às praias de Angra dos Reis e não são casos isolados.

19 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20 Angra dos Reis é um dos destinos turísticos mais procurados no estado do Rio de
21 Janeiro, devido a disposição de praias paradisíacas. Porém o que mais se destaca no município
22 é o turismo de luxo pautado na exclusividade de praias. Ou seja, as pessoas que se propiciam
23 do uso de praias privadas, que o artigo analisou em seu decorrer, são em sua grande maioria
24 locais de segunda residência e/ou voltados a curtas estadias, mas ainda há utilização por parte
25 de moradores residentes nessas áreas.

26 É necessário apontar para os impactos negativos, que estes tipos de empreendimentos

1 trazem quando se apropriam das praias, isto porque estamos lidando com um instrumento
2 urbano de caráter público, que passa a não exercer sua função principal de combinar os
3 diferentes tipos de pessoas – e toda diversidade sociocultural – em um único espaço, se tornando
4 em um “espaço público morto” (Sennett, 2014). Além disso, vale destacar que a parcela mais
5 prejudicada com esses casos é a população local e em sua maioria pobre e periférica, ou seja,
6 majoritariamente negra. Além de tornar alvos certos tipos de corpos, tornando-os mais
7 vulneráveis às sanções de acesso, movidos por discursos discriminatórios, pautados em uma
8 falsa luta pelo combate da criminalidade.

9 Como podemos ver na informação destacada no **mapa 02**, a concentração populacional
10 não está na área praiana da cidade, mas sim na porção mais ao norte da rodovia BR-101. Além
11 disso, essa mesma porção mais adensada concomitantemente é o principal alvo de processos de
12 favelização da cidade, logo é onde se encontram moradias “mais baratas”, deixando a praia
13 esteticamente mais atrativa apenas para o turismo. Outro ponto a se refletir no estudo, é sobre
14 a forma rasa em torno de como se legisla espaços públicos, principalmente no caso das praias
15 de Angra. Segundo Góis (2018), o que se encontra no Brasil enquanto política urbana referente
16 a espaços públicos são definições que apenas os consideram enquanto lugares de livre acesso e
17 circulação do povo. Para além disso, observa-se um constante limiar entre a legalidade e o real
18 que essas praias se encontram, os limites territoriais não são respeitados mesmo havendo
19 diretrizes.

20 Querendo ou não os instrumentos legais possuem valor no momento de analisarmos os
21 espaços públicos, porque só assim para sabermos como se dá o arcabouço legal e ampara a
22 discussão no qual o artigo se debruçou. Mas vale salientar a necessidade de leis mais rigorosas,
23 principalmente para que não haja brechas para o seu descumprimento, que hoje é o modus
24 operandi desses empreendimentos. A de se falar que existe uma falta de preocupação em torno
25 da temática por parte da gestão municipal, que historicamente propiciou o processo de
26 privatização de sua própria orla marítima. Cedendo e ascendendo uma classe dominante,
27 tornando seu território um local de disputa de classe ao acesso de um determinado espaço, que
28 até então é previsto por lei como de caráter público e de uso de todos.

1 REFERÊNCIAS

- 2 ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido.
3 Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892
- 4 ANGRA DOS REIS. Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor
5 Municipal de Angra dos Reis.
- 6 _____. Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008. Dispõe sobre o Código Ambiental
7 do Município de Angra dos Reis.
- 8 _____. Lei nº 2.091, de 23 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento
9 Municipal de Angra dos Reis.
- 10 _____. Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o O Uso e
11 Ocupação do Solo no Município de Angra dos Reis
- 12 _____. Lei nº 2.093, de 23 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o Parcelamento do
13 Solo no Município de Angra dos Reis.
- 14 BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
15 Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em:
16 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- 17 _____. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Dispõe sobre Instituir o Plano Nacional de
18 Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
- 19 GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. O ESPAÇO DO PÚBLICO NOS INSTRUMENTOS DA
20 POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, RIO DE JANEIRO,
21 BRASIL (1988-2016). Caminhos de Geografia, v. 19, p. 189-202, 2018.
- 22 ____, Marcos Paulo Ferreira de. TURISMO, TERRITÓRIO E URBANIZAÇÃO: UMA
23 REANÁLISE DO CASO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E DA REGIÃO
24 TURÍSTICA DA COSTA VERDE (RJ). Geo UERJ, [S. l.], n. 37, p. e33263, 2020. DOI:
25 10.12957/geouerj.2020.33263.
- 26 GOMES, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. GEOgraphia, v. 20, n. 44,
27 p. 115-119, 2018.
- 28 RIBEIRO, Irene Chada. CONTRADIÇÕES ENTRE O PÚBLICO, O PRIVADO E O
29 COMUM: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis, rj.
30 Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói,
31 2017.
- 32 REIS, Gabrielle Alves; SILVA FILHO, Gilberto Hermínio da; SILVA, Pedro Tavares da;
33 RIBEIRO, Rafael Winter. A PAISAGEM NO ORDENAMENTO URBANO BRASILEIRO:
34 A PRODUÇÃO DE LEIS DA PAISAGEM NO RECIFE E NO RIO DE JANEIRO ENTRE
35 1950 E 2019. Revista Espaço e Geografia, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 197:222, 2022. Disponível
36 em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40280>>.

- 1 SERPA, Angelo Szaniecki Perret. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem
2 geográfica. GEOUSP-Espaço e Tempo, v. 15, p. 21-37, 2004.
- 3 _____, Angelo Szaniecki Perret. PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: PERSPECTIVAS
4 TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA GEOGRAFIA HUMANA DOS ESPAÇOS
5 VIVIDOS. GEOUSP: espaço e tempo, p. 168-185, 2013.
- 6 SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Editora Record,
7 2014.
- 8 TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- 9 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades:
10 Angra dos Reis. 2024. Disponível em: <[https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama)
11 [reis/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama)> Acesso em: Mai, 2024
- 12 _____ . Censo Brasileiro
13 de 2022: Dados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- 14 INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). Históricos dos Boletins de
15 Balneabilidade das Praias de Angra dos Reis. 2024. Disponível em:
16 <<https://www.inea.rj.gov.br/angra-dos-reis/>> Acesso em: Mai, 2024